

Para Salvar o País

Não se deve ver como simples arroubo de entusiasmo o fato de haver o ministro José Goldemberg dito, na inauguração do Ciac Tiradentes, que o verdadeiro objetivo da obra é — apenas — “salvar o país”. O presidente Fernando Collor, por sua vez, não cometeu nenhuma hipérbole quando disse que o programa dos Ciacs pode significar “a redenção ao povo brasileiro”.

Não há como não concordar, hoje, que a questão educacional está na base de alguns dos maiores problemas por que o país atravessa, e a inauguração do primeiro Ciac do Rio, principalmente se somada ao programa dos Cieps que vem sendo executado pelo governo estadual, representa o marco de uma mudança crucial de rota, cujas consequências se projetarão no tempo.

O governador Leonel Brizola, no seu primeiro mandato no Rio, enfatizou a importância do ensino integrado, quando o que se busca é formar cidadãos, e não delinquentes. Infelizmente, seu sucessor não teve suficiente grandeza para separar uma grande questão de interesse público com as mesquinhas do partidário político, entregando o programa dos Cieps às traças. Muitos dos prédios dos Cieps se transformaram em favelas, com prejuízos incalculáveis para a população fluminense.

O que se assiste, agora, é a restauração de um princípio que, para felicidade da nação, acabou encampado pelo governo federal. Foi o espírito público que presidiu a festa de quarta-feira no Caju — até porque, como os governantes de bom senso já perceberam, não existe outro caminho que não seja o da educação para resgatar do desvio milhões de jovens brasileiros atualmente tão ameaçados pelas teias da marginalidade.

Os índices atuais de criminalidade, especialmente nas grandes cidades, refletem uma corrida que o poder público às vezes parecia estar perdendo. Hoje,

no Rio, o governador Leonel Brizola se vê às voltas com fatos que infernizam a vida da cidade — dos arrastões à ação dos bicheiros e do narcotráfico. O governador sabe que a violência nas ruas é um fator de enfraquecimento político e que este será com certeza o grande tema, este ano, dos discursos dos candidatos da oposição à Prefeitura.

Trata-se, portanto, de um problema de múltipla gravidade, à medida que pode ser explorado da mesma forma tanto por políticos sérios como pelos demagogos que sempre aparecem. Se programas educacionais não devem excluir ações corretivas no curto prazo, e aí a polícia está com a palavra, só a formação das consciências jovens, com a absorção de valores éticos, morais e culturais, pode representar, de fato, uma solução perdurável.

Em outras épocas, as escolas públicas, com a bandeira brasileira hasteada, funcionavam como bastiões de civilização e de nacionalidade em todos os cantos da cidade. Há 30 anos, havia excelentes colégios públicos de primeiro e segundo graus no Rio, que, pela qualidade dos equipamentos e dos professores, representavam uma opção de ensino não apenas para as famílias pobres, que não podiam arcar com as mensalidades das escolas particulares.

Fazia-se o que estava certo. É dever constitucional do Estado oferecer ensino à população. Os países que se prezam têm orgulho de sua rede de ensino público, e o Brasil já teve motivos para se orgulhar dela. O que se viu, nas últimas décadas, foi um formidável processo de sucateamento do ensino público. Por falta de investimentos e de uma política precisa para o setor, as escolas se deterioraram e caiu o nível dos professores e dos alunos, como se houvesse uma predisposição oficial de privilegiar o ensino privado. Agora, felizmente, a situação começa a mudar.